

HASSAN, O TALBA — O MOURO DE PORTUGAL
DE ANNA ELIZA BRAY

Luísa Alves

Em 1830, é publicado em Londres o romance *The Talba; or the Moor of Portugal*, da autoria de Mrs Anna Eliza Kempe Bray. Trata-se de uma produção da maturidade da escritora (nascida em 1790), embora a sua actividade literária só tenha começado após o segundo casamento, em 1823. Dois anos antes ficara viúva do estudioso de arte Charles Alfred Stothard e ocupara-se, entretanto, em completar e editar os trabalhos que ele deixara inacabados ⁽¹⁾.

O seu segundo marido, o reverendo Edward Bray, possuía uma notável biblioteca que Anna Eliza terá aproveitado da melhor maneira nos vários romances de carácter histórico-lendário a que se dedicou. Seguindo a linha de força da novelística da época, quase todas estas obras são influenciadas por Walter Scott, conjugando a vertente histórico-lendária com o nacionalismo. A região oeste de Inglaterra, que compreende o Devonshire e a Cornualha, foi a escolhida para uma especialização onde encontramos recolhas de lendas e tradições ⁽²⁾, estudos de história natural e costumes ⁽³⁾ e criação de ficção histórica ⁽⁴⁾. Das poucas obras que saem deste âmbito, restam uma biografia de Händel ⁽⁵⁾, um livro de viagens acerca da Suíça ⁽⁶⁾, um romance histórico de inspiração francesa ⁽⁷⁾ e outro de temática portuguesa — *The Talba* ⁽⁸⁾.

Ao inverso de muitos autores que escreveram sobre Portugal na época

⁽¹⁾ Entre outros, *Memoirs, including original journals, letters, papers, and antiquarian tracts of the late C.A. Stothard*, London, Longman, 1823.

⁽²⁾ *A Peep at the Pixies, or Legends of the West*, London, 1854.

⁽³⁾ *A Description of the part of the Devonshire bordering on the Tamar and the Tavy; its natural history, etc.*, London, 1863, 3 vols.

⁽⁴⁾ *De Foix; or sketches of the manners and authors of the 14th century. An historical romance*, London, 1826, 3 vols.

⁽⁵⁾ *Händel: his life, personal and professional. With thoughts on sacred music*, London, 1857.

⁽⁶⁾ *The Mountains and Lakes of Switzerland; with descriptive sketches of other parts of the Continent*, London, 1841, 3 vols.

⁽⁷⁾ *The White Hoods*, London, 1828, 3 vols.

⁽⁸⁾ *The Talba; or the Moor of Portugal*, London, Longman, 1830, 3 vols.

romântica, Mrs Bray nunca visitou o nosso país; no entanto, o tema da coroação de Inês de Castro, que admirara num quadro de St. Èvre, tornou-se-lhe de tal forma obsessivo que não pôde deixar de escrever também sobre ele:

«The picture produced such an effect on my mind that I could not shake it off; it occupied all my thoughts»⁽⁹⁾.

O tratamento literário da história de Inês de Castro ⁽¹⁰⁾ não constituía novidade alguma em Inglaterra nesta época, e certamente o trabalho ter-se-ia revelado pouco inovador se a autora não lhe acrescentasse uma outra temática histórico-lendária tipicamente peninsular — a mourisca. Na concepção deste romance de tema estrangeiro, ela vai aliar a já mencionada influência de Scott (historicidade) a outras duas marcas do gosto romântico (o gótico e o exótico). Por um lado, as personagens são históricas à maneira de Scott, como aponta George Lukács, «in their psychology and destiny always represent social trends and historical forces» ⁽¹¹⁾, derivando a sua individualização «from the historical peculiarity of the age» ⁽¹²⁾ — é este o século XIV português: o palco das lutas palacianas entre os Castros e a nobreza lusitana, das revoltas dos mouros vencidos e dos desentendimentos na família real. Por outro lado, a acção decorre num país meridional, «using a vague background of court culture and Catholicism» ⁽¹³⁾, o que por si só é característico da ficção gótica. Por último, a temática mourisca dá-lhe um cunho de exotismo, «using the exotic as a grand figure of the 'not British' » ⁽¹⁴⁾, na medida em que se refere a uma cultura tida como oriental — a islâmica.

Portugal, por imperativo ligado à historicidade, teria de ser o cenário escolhido — foi aqui que Inês e Pedro viveram. O Catolicismo português (retratado de forma tão minuciosa e contundente pelos viajantes ingleses) e a trama obscura que levou à morte de Inês criam um ambiente gótico de temor, superstição e tragédia eminentemente nacional. Só o âmbito mais inovador da obra — o mourisco — não é, à primeira observação, de cariz português em exclusivo, nem será Portugal o local que melhor o caracteriza, mas sim Espanha. Tentaremos demonstrar seguidamente de que modo a autora teve consciência deste facto, e até que ponto a componente mourisca de *The Talba* é ou não representativa do nosso país.

Logo que decidiu escrever este romance, Mrs Bray procurou informar-se sobre a história de Inês e a época em que ela decorreu. Para tal consultou o volume respeitante a Portugal de *A general History of the World* de William Guthrie ⁽¹⁵⁾, o que não a impediu, mesmo assim, de cometer erros, como salienta o crítico da revista *The Athenaeum*:

⁽⁹⁾ BRAY, A. E., *Autobiography*, London, Chapman & Hall, 1884, p. 212.

⁽¹⁰⁾ Veja-se a este respeito o estudo de Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro. Um tema português na Europa*, Lisboa, Edições 70, 1987.

⁽¹¹⁾ LUKÁCS, George, *The Historical Novel*, 1.ª ed., 1962, London, Pelican Books, 1981, p. 33.

⁽¹²⁾ *Ibidem*, p. 15.

⁽¹³⁾ KELLY, Gary, *English Fiction of the Romantic Period. 1789-1830*, London, Longman, 1989, p. 213.

⁽¹⁴⁾ *Ibidem*, p. 219.

⁽¹⁵⁾ GUTHRIE, William (dir.), *A General History of the World, from the Creation to the present times*, London, 1764-1767, 13 vols.

«She is not, indeed, very accurate in her historical facts [...] there are offences against chronology where there was no justifiable occasion» (16).

Poderíamos elaborar uma enorme lista de incorrecções históricas, mas, tomando em consideração a liberdade literária que o próprio Scott admitia (são os factos irrefutáveis que têm que ser respeitados, bem como o ambiente da época em que se inserem), debruçar-nos-emos em primeiro lugar sobre as que foram necessárias ao desenvolvimento da intriga, e em seguida sobre as que lhe são absolutamente dispensáveis.

Os motivos que levam à morte de Inês têm apenas uma componente verdadeira, bem assinalada por Félix Walter:

«Mrs Bray s'est aperçu qu'il y avait au fond de la tragédie une question de jalousie entre Espagnols et Portugais» (17).

É essa a razão de «Alvaro Gonzalez», a inveja:

«Manuel de Castro [...] is now appointed Governor of Algarva [...]. I solicited the post; it was denied me» (18).

Quanto a «Diego Lopez Pacheco», a autora cria um noivado entre ele e Inês, que esta quebrou por causa de D. Pedro; trata-se, pois, de ciúme ou despeito, o que o move contra Inês:

«In my youth [...] by the sanction of her father, and of her own consent, I was affianced to a lady, [...] I am here to assert my claim once more upon the lady» (19).

Por fim, «Arias Coello» é apresentado como um cobrador de impostos, obviamente odiado pelos mouros, mas nem por isso estimado pelo Rei; é para derrubá-lo que ele age, surgindo o assassinio de Inês como um dos passos requeridos para atingir esse fim:

«the king has laid a violent hand on what is my own; he has, too, put scorn upon me in many bitter words» (20).

Em relação a «D. Alonso», é o suposto rapto do Infante «Ferdinand» e a sua entrega aos mouros por Inês que o leva a proferir a sentença de morte, para fazer justiça:

«It was the hope that Ferdinand would no longer be the stumbling block to thy ambition which prompted thee to deliver up the boy to my worst foes» (21).

São estas razões historicamente erradas que a autora utiliza para fazer a

(16) ANÓNIMO, «*The Talba* — Review», in *The Athenaeum*, London, 18 December 1830, p. 787.

(17) WALTER, Félix, *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'époque romantique*, Paris, Honoré Champion, 1927, p. 95.

(18) *The Talba*, edição de 1884, p. 44.

(19) *Ibidem*, p. 107.

(20) *Ibidem*, p. 136.

(21) *Ibidem*, p. 254.

acção progredir de modo a apanhar Inês numa intriga pessoal e política de que não poderia escapar.

Resta-nos o motivo da rebelião mourisca. O Rei é acusado de ter criado uma legislação que os escraviza, tanto a nível de impostos como de direitos e deveres sociais. Sabemos que as leis aplicadas aos mouros não tiveram grandes alterações durante a primeira dinastia ⁽²²⁾; houve, naturalmente, preocupação em organizá-las e especificá-las, sobretudo no reinado de D. Dinis, segundo indicação de José Mattoso:

«A sua condição conhece-se nas grandes linhas, graças aos forais [...] [de] Afonso Henriques [...] e Afonso III [...] e sobretudo à minuciosa descrição dos tributos que deviam pagar, num documento sem data, mas da época de D. Dinis ou pouco mais tardio» ⁽²³⁾.

No início, os impostos pagos pelos mouros, assim como os seus direitos e deveres sociais, não divergiam muito nos reinos cristãos daqueles a que os cristãos estavam sujeitos sob o domínio muçulmano. Havia mesmo uma grande semelhança de tratamento entre os 'moçárabes' (cristãos islamizados) e os 'muladis' (muçulmanos cristianizados). Em Portugal possuíam estruturas sociais próprias (tribunais, alcaldes, liberdade religiosa), e só a partir do reinado de D. Pedro I ficaram definitivamente obrigados a viver em mourarias, numa tentativa, aliás frustrada, de evitar a miscigenação. Tudo indica que D. Afonso IV não tenha sido tão cruel com os mouros quanto a autora defende, embora a intolerância se tenha agravado em toda a Península do final do século XII em diante, o que «correspondia também ao agravamento da intolerância almóada» ⁽²⁴⁾, mas assumindo-se, mais uma vez, como política de represália e não como vontade própria. Acima de tudo, D. Afonso IV foi o vencedor do Salado, a verdadeira batalha em que portugueses e castelhanos se aliaram contra os mouros, e é nessa perspectiva que surge no romance quase como um estereótipo do monarca cristão intolerante.

Conquanto sejam historicamente incorrectas, estas causas para a revolta dos mouros contra o Rei (acontecimento que também não sucedeu) baseiam-se numa realidade só existente na Península Ibérica — a sobrevivência de uma minoria vencida que outrora fora vencedora, o que em termos românticos se pode comparar um pouco a outras figuras marginais como os ladrões, os piratas e os vagabundos. Assim, esta sublevação em *The Talba* pode ter tido mais influência da história espanhola do que da portuguesa, visto que se nos afigura como bastante provável o conhecimento da parte de Mrs Bray da obra de Pérez de Hita *Guerras civiles de Granada*, onde, no segundo volume, se dá conta dos levantamentos e insurreições dos mouros de Granada após a conquista cristã, a que só a campanha de D. João da Áustria em 1568 conseguiu pôr termo ⁽²⁵⁾. Por tudo isto, a intolerância assumiu em Espanha foros de vingança nacional, o que nunca ocorreu em Portugal; no entanto, e devido à época em que a acção se desenrola, a autora poderá ter tido que estabelecer uma

⁽²²⁾ Cf. *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição crítica de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951-1953, 3 vols.

⁽²³⁾ MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*. 1096-1325, Lisboa, Estampa, s.d., 2 vols.; vol. 1, p. 377.

⁽²⁴⁾ *Ibidem*, p. 330.

⁽²⁵⁾ HITA, Ginés Pérez de, *Segunda Parte de las Guerras Civiles de Granada, y de los crueles Vandos*,

transposição dos caracteres dos reis de Castela Fernando e Isabel para «Alonso, the Brave», do rei Abou Abdulá (Boabdil) de Granada para «Alcanzor» do Algarve, e da rebelião dos mouros granadinos para a dos que habitavam Portugal, por não ter ocorrido anteriormente nenhum acontecimento de importância semelhante à da queda de Granada. É nossa opinião que Anna Eliza Bray procurou conjugar todos estes elementos na criação de um ambiente de coexistência entre mouros e cristãos pleno de traições, intrigas, injustiças, guerras e vinganças, onde sobressai «a very picturesque personage of hers»⁽²⁶⁾, a força e o mistério do seu herói mouro — Hassan, o Talba.

Quanto às paisagens e habitações descritas no romance, a autora (que, como mencionámos anteriormente, nunca esteve em Portugal), tal como muitos outros escritores, foi buscar informações às obras dos viajantes, sobretudo à de Robert Southey⁽²⁷⁾, no respeitante aos pormenores relativos a Sintra, onde decorre a primeira parte da acção. Foi, aliás, por causa de *The Talba* que ela se começou a corresponder com o poeta, e é ele próprio que lhe garante:

«I have myself painted too much from other books to censure you for doing the same»⁽²⁸⁾.

Outros aspectos, que por certo terão sido recolhidos em livros de viagens, dizem respeito às descrições de costumes, como a tourada (provavelmente retirada do trabalho de James Murphy⁽²⁹⁾), ou às críticas ao Catolicismo, ponto demasiado comum em todos os relatos sobre o nosso país para que possamos identificar uma fonte principal.

É interessante notar a comunhão de pontos de vista anti-católicos existente entre os mouros, em *The Talba*, e os ingleses, de modo geral:

«for in nothing did the Christians more cruelly oppress the Moors, than by making free with their purses on any pretext of enforcing charity for the good of the Church»⁽³⁰⁾.

Desta forma, Mrs Bray terá dotado o seu romance dos ingredientes necessários a uma rápida identificação com a imagem que os seus compatriotas possuíam de Portugal (quer com referências a locais típicos — Sintra e o seu Castelo dos Mouros, quer com projecções de traços tidos como idiossincráticos dos portugueses nas personagens que criou — o ciúme, a subserviência e o fanatismo como defeitos, e a coragem, a honradez e o amor como qualidades), o que, ao aliar ainda a famosa temática inesiana a uma «raça que as correntes do seu tempo a fizeram admirar»⁽³¹⁾, muito deve ter contribuído para o sucesso da obra.

entre los convertidos Moros, y vezinos Christianos; con el levantamiento de todo el Reyno y ultima rebellion, sucedida en el año de 1568. Y assi mismo se pone su total ruina, y destierro de los moros por toda Castilla. Con el fin de las Granadinas Guerras por El Rey nuestro Señor Don Filipe Segundo deste nombre. Por Gines Perez vezino de Murcia. Dirigido a Alonso del Pozo Palomino, Canino de la S. Iglesia de Cuenca. Con Privilegio. En Cuenca, por Domingo de la Iglesia, año de 1619.

(26) ANÓNIMO, «*The Talba* — Review», in *The Litterary Gazette and Journal of the Belles-Lettres*, n.º 726, 18 December 1830, p. 815.

(27) SOUTHEY, Robert, *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*, Bristol, Bulgin & Rosser, 1797, pp. 509-511.

(28) BRAY, *Autobiography*, p. 216.

(29) MURPHY, James Cavanah, *A General View of the State of Portugal*, London, T. Cadell & W. Davies, 1798, pp. 145-146.

(30) *The Talba*, p. 18.

(31) SOUSA, Maria Leonor Machado de, *opus cit.*, p. 366.

Se tudo o que temos vindo a referir age em favor da estrutura da obra, incorrecções há, no entanto, que resultam negativamente.

A nível dos nomes das personagens, a autora segue a maioria dos outros escritores estrangeiros que, por incapacidade de distinguir entre a língua castelhana e a portuguesa, os apresentam com marcas da primeira: D. Afonso IV é «Alonso» e Diogo Lopes Pacheco é «Diego Lopez», e mesmo as designações 'Dom' e 'Dona' aparecem como «Don» e «Donna». Além destes erros de carácter linguístico, tão vulgares nas obras estrangeiras sobre Portugal, outros existem que denotam uma quase total falta de informação histórica: são os casos dos nomes do pai de Inês (Pedro de Castro), que surge como «Manuel de Castro», e de Pedro Coelho, como «Arias Coello»; e também de factos, como o de o pai de Inês ter sido Governador do Algarve, quando, na verdade, foram os irmãos Álvaro e Fernando que tiveram importância política, ou de Inês ter tido apenas dois filhos («Juan» e «Denis»), omitindo-se a filha Beatriz, ou de «Alcanzor» ser o nome de «the last of the Moorish Kings»⁽³²⁾ em Portugal, quando se tratou de Aben Afan, imortalizado no poema de Almeida Garret *D. Branca, ou a conquista dos Algarves*.

No entanto, parece-nos que a principal fantasia de toda a obra diz respeito a uma Ordem Militar — «St. Michael of the Wing» — cuja origem é narrada desta forma no capítulo VI⁽³³⁾:

«Joseph, Count of Amiranti [...] filled the post of master of the religious and military Order of the Wing. It was first instituted in Portugal by Alphonso during the twelfth century, in commemoration of his victory over the Moors at Santarem: because, in that decisive battle, he saw a winged arm fighting near him, which he took to be the arm of the good St. Michael doing battle in his cause».

Há uma grande polémica quanto à existência desta Ordem Militar de S. Miguel da Ala. Provavelmente trata-se de uma invenção dos historiadores alcobacenses seiscentistas, que chegou a Inglaterra, e à autora, através da divulgação dos seus escritos⁽³⁴⁾. Mesmo assim, afigura-se-nos evidente a deturpação de algumas realidades históricas. *Mrs Bray* transpôs o papel desempenhado por Mem Ramires na conquista de Santarém para a traição que leva à perda de «Alcanzor»:

«A Christian traveller, for such he seemed to be, begged, at our castle gates the rites of hospitality: he was admitted [...] yet, at the dead hour of sleep [...] threw abroad our castle gates [...]. Our people were slain. [...] On that spot, [...] after this fatal night was nothing left but a blackned ruin»⁽³⁵⁾.

A escolha da referida Ordem Militar como representante da cavalaria portuguesa, deveu-se certamente ao facto de aparecer como a única totalmente

⁽³²⁾ *The Talba*, p. 9.

⁽³³⁾ *Ibidem*, p. 50.

⁽³⁴⁾ Ver a este respeito as obras de Frei Bernardo de Brito, sobretudo *A Crónica de Cister*. Aproveitando o fundo hagiográfico desta Ordem, note-se a formação da Sociedade Secreta de S. Miguel da Ala pelo Partido Miguelista em 1848. Tinha por objectivo uma forte oposição à Maçonaria e durou até 1858.

⁽³⁵⁾ *Ibidem*, pp. 8-9.

nacional, e ser este, quanto a nós, o maior empenho da autora. No respeitante às Ordens Militares que existiam nessa época e se tornaram famosas na Reconquista, convém salientar que nenhuma delas tem origem portuguesa: a dos Hospitalários, cujo Mestre Álvaro Pereira auxiliou D. Afonso IV na batalha do Salado, estava dependente do Grão-Comendador de Castela; a de Santiago, cujo Mestre Paio Correia foi o grande responsável pela conquista definitiva do Algarve, no reinado de D. Afonso III, tinha autonomia em relação a Castela (todavia posta em causa com frequência) apenas desde 1290, o que antes levava à guerra fronteiriça de 1250-1267, quando Afonso X de Castela reivindicou a posse do Algarve por ser a referida Ordem originariamente castelhana e nela combaterem cavaleiros de ambas as nações, não obstante ser o Mestre de então português; por fim a de Calatrava, também castelhana de origem e que em Portugal conduziu à criação da de Avis, que se lhe manteve subordinada até ao reinado de D. João I, adquire uma importância especial em Espanha devido à sua responsabilidade na tomada de Granada, já no século XV. Pelo que nos é dado ver, para a delineação da personagem «José, conde de Amarante», Mestre da suposta «Ordem do Braço Alado», é bem provável que a autora se tenha inspirado no Mestre de Calatrava ao serviço dos Reis Católicos. Esta afirmação reporta-nos a outra das prováveis fontes de *The Talba*, ainda de carácter histórico mas já não nacional — trata-se da obra de Pérez de Hita mencionada anteriormente⁽³⁶⁾, cujo enorme sucesso em França no século XVII fez nascer o ‘romance granadino’ ou ‘hispano-mourisco’. É a própria Anna Eliza que explica na sua autobiografia:

«I could not find one [book] that gave me an account of the domestic customs of the Moors under the Caliphs of the West»⁽³⁷⁾,

tendo sido um amigo, que sabia castelhano e tinha vivido em Espanha, quem lho emprestou:

«and in it I found from authentic Arabian sources all I need»⁽³⁷⁾.

A primeira parte da obra de Pérez de Hita havia sido traduzida para inglês em 1801⁽³⁸⁾, e já no título original fora apresentada como tradução de um livro árabe⁽³⁹⁾. Contudo, é bastante vulgar na literatura cavalheiresca a referência a originais como se de traduções de escritos antigos se tratassem, o que era considerado prova de autenticidade histórica. No presente caso, apenas a parte inicial do livro provém do cronista Aben Hatim, ou melhor Abem Aljatib, historiador granadino que se correspondeu com Pedro I de Castela até 1368.

⁽³⁶⁾ *Guerras Civiles de Granada*, reedição em 1913, Madrid, E. Bailly-Baillière, 2 vols.

⁽³⁷⁾ BRAY, *Autobiography*, p. 216.

⁽³⁸⁾ *Las Guerras Civiles; or the civil wars of Granada, and the history of the factions of the Zegries and Abencerrages to the final conquest of Granada by Ferdinand and Isabella*, translated from the Arabic of Aben Hamin by Gines Perez de Hita, and from the Spanish by Thomas Rodd, London, J. Bonsor, 1801.

⁽³⁹⁾ *Historia de los Vandos, de los Zegries y Abencerrages, Cavalleros Moros de Granada, de las civiles guerras que hubo en ella, y batallas particulares que hubo en la Vega entre Moros y Christianos, hasta que el Rey Don Fernando Quinto la ganó. Ahora nuevamente sacado de un libro Aravigo, cuyo autor de vista fue un Moro llamado Aben Hamin, natural de Granada. Tratando desde su fundacion*. Traduzido en castellano por Gines Perez de Hita, vecino de la ciudad de Murcia. En Çaragoça. Impresso em casa de Miguel Ximeno Sanchez, MDLXXXV.

A sua história de Granada, intitulada *Jhata*, foi copiada e continuada por cronistas árabes até 1489.

Na restante obra, uma mistura de narrativas, poemas, descrições do quotidiano e recolha de tradições, o autor combinou a sua experiência pessoal (combateu o levantamento dos mouros em 1568 e conviveu bastante com famílias mouriscas) com outros dois trabalhos castelhanos⁽⁴⁰⁾, do que resulta uma visão histórica bastante completa do reino de Granada.

Em relação a *The Talba*, não é difícil descortinar semelhanças entre a obra de Hita e, por exemplo, as descrições do vestuário das personagens mouriscas (a rainha «Aza Anzurez»⁽⁴¹⁾ ou o próprio Talba⁽⁴²⁾), algumas cerimónias, como a do culto dos mortos (a homenagem de «Aza» na sepultura de «Alcanzor»⁽⁴³⁾), ou o ambiente cortês das touradas, que substituiu no romance os «Juegos de Sortija» de Granada⁽⁴⁴⁾. Por causa destas influências, *The Talba* poderá ser considerado um romance 'hispano-mourisco'; porém, a sua localização em Portugal e o tema de Inês de Castro dão-lhe uma especificidade nacional que nos permite atribuir-lhe a designação 'lusó-mourisco' como a mais adequada.

Não podendo encontrar em *Guerras Civiles de Granada* todas as indicações de que necessitava acerca da cultura muçulmana na Península Ibérica, a autora estudou também aquela que ainda hoje é tida pelos especialistas como «o primeiro intento sério de examinar imparcialmente a doutrina islâmica»⁽⁴⁵⁾ — referimo-nos à primeira tradução inglesa do *Alcorão*, executada, prefaciada e anotada por George Sale em 1734⁽⁴⁶⁾. O romance apresenta bastantes indicações de âmbito religioso, e é com satisfação que notamos que *Mrs Bray* foi uma estudiosa atenta da obra sagrada do Islão, conseguindo evitar as deturpações habituais nos escritores não-especialistas na matéria e mantendo a singularidade religiosa no comportamento e fala das personagens muçulmanas.

Quanto aos traços fisionómicos do Talba, eles ter-lhe-ão sido inspirados por um diplomata turco, «an illustrious representative of the Ottoman Empire»⁽⁴⁷⁾, Sidky Effendi, que teve a oportunidade de conhecer em Londres.

Tendo em conta estas fontes, somos levados a pensar que a imagem dos mouros de Portugal em *The Talba* nada possuiria de diferente em relação aos seus irmãos de Espanha, em particular, ou islâmicos, em geral — a confluência de raízes granadinas, arábés e turcas representa efectivamente a imagem que o muçulmano deixou na Europa — primeiro o Império Árabe, em seguida a civilização do Al Andaluz, por último o Império Otomano. O Romantismo inglês aproveitou e divulgou essa imagem de orientalismo difuso, fosse em

⁽⁴⁰⁾ PULGAR, Hernando del, *Cronica de los Reyes Catolicos*, Valladolid, 1565, e *Romancero de Pedro de Moncayo*, Madrid, 1589.

⁽⁴¹⁾ *The Talba*, pp. 3-4.

⁽⁴²⁾ *Ibidem*, pp. 12-14.

⁽⁴³⁾ *Ibidem*, pp. 4-6.

⁽⁴⁴⁾ *Ibidem*, pp. 81-91.

⁽⁴⁵⁾ MAMEDE, Suleiman Valy, «Prefácio», in *Alcorão*, Lisboa, Europa-América, 1978, 2 vols; vol. 1, p. 13.

⁽⁴⁶⁾ SALE, George (pseud. Abdulla Mahumed Omar), *The Koran*, translated into English, with explanatory notes. To which is prefixed a preliminary discourse, London, s.e., 1734.

⁽⁴⁷⁾ BRAY, *Autobiography*, p. 216.

poemas sobre a queda de Granada ⁽⁴⁸⁾, em canções acerca do famoso Cid, «el Campeador» ⁽⁴⁹⁾, ou em contos árabes ⁽⁵⁰⁾; o que interessava ao espírito romântico era a DIFERENÇA de uma cultura não-cristã, DISTANTE geograficamente no presente, mas que se encontrava muito próxima no PASSADO MEDIEVAL. O Islão assume-se como a OUTRA CIVILIZAÇÃO aos olhos dos ocidentais, facto bem patente nas lutas travadas ao longo dos séculos, o que não pôde deixar de aguçar a curiosidade dos românticos.

No respeitante aos conhecimentos que a Inglaterra tinha sobre os mouros de Portugal, os contactos começaram bem cedo com os cruzados ingleses que auxiliaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, existindo até um relato da ocorrência escrito por um deles, mas que só em 1856, e na versão original em latim, conheceu publicação ⁽⁵¹⁾. A primeira tradução portuguesa data de 1935 e a inglesa do ano seguinte, sendo portanto do total desconhecimento dos autores românticos ⁽⁵²⁾.

A tragédia de D. Sebastião, por causa de Alcácer-Quibir, fará ressurgir em Inglaterra a divulgação sobre as relações entre mouros e portugueses, neste caso já não na Reconquista mas em Marrocos; contudo, só na época romântica é que os viajantes se vão ocupar em transmitir breves referências ao passado mourisco português, acontecendo também a partir de então o início da recolha e divulgação de lendas, entre as quais surgem as de mouras encantadas.

The Talba será, em consequência, um caso ímpar de romance lusomourisco na literatura inglesa; mesmo o granadino foi um fenómeno francês por excelência, não tendo tido numerosos seguidores em Inglaterra.

Na literatura portuguesa, a temática mourisca foi bastante divulgada pelos dois maiores nomes do nosso Romantismo: Garrett, com o já mencionado poema *D. Branca*, e Herculano em *Lendas e Narrativas*, nomeadamente com *O Alcaide de Santarém* ou *A Morte do Lidador*, esta de veras cristã, onde os mouros servem apenas de pano de fundo, como quase todas as inspiradas nos livros de linhagens. As lendas de mouras encantadas, que por si só constituem um filão na literatura tradicional, de que etnógrafos como Leite Vasconcellos ou Teófilo Braga se ocuparam posteriormente, falam sobretudo de aspectos amorosos, que têm mais a ver com temas como o da mulher fatal ou do amor impossível, passando a problemática da coexistência entre mouros e cristãos para o nível do ambiente ou cenário. Todavia, no que se refere a obras em que as personagens tenham capacidade activa de intervenção na acção ou em que se afirmem como protagonistas ou heróis com forte delineação psicológica, também em termos portugueses falham os congéneres de *The Talba*.

⁽⁴⁸⁾ BYRON, George, «A very mournful ballad on the siege and conquest of Alhambra».

⁽⁴⁹⁾ HEMANS, Felicia, «Songs of the Cid».

⁽⁵⁰⁾ BECKFORD, William, «Vathek, an Arabian tale».

⁽⁵¹⁾ «Concesignati anglici Epistola de Expugnatione Olisiponis», in *Portugaliae Monumenta Historica*, Scriptorum, 1856, vol. 1, pp. 392-405.

⁽⁵²⁾ As primeiras traduções apresentavam o autor como sendo «Osborne», mas essa hipótese tem vindo a ser contestada, pensando-se actualmente que esse nome corresponde ao destinatário. A este respeito veja-se a última edição portuguesa: *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês*. Apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1989. O tema deu origem a um romance de Agustina Bessa Luís (*Crónica do Cruzado Osborne*, 1976), e a polémica quanto ao nome do autor a outro de José Saramago (*História do Cerco de Lisboa*, 1989).

Anna Eliza Bray eleva a herói do seu romance uma figura islâmica reverenciada na sociedade:

«The office or profession of a Talba consisted in a knowledge of medicine, and in the study of astronomy, added to which were the power of expounding strange dreams, and predicting events; and above all, in a deep acquaintance with the arts of astrology and magic; the latter study being ever accompanied with a knowledge of poisons, charms and spells of every description» (53).

Na sua faceta de magia e ocultismo, a personagem «Hassan» não se afasta muito dos poderes que são tradicionalmente atribuídos aos mouros nas lendas, vistos pelos cristãos como demoníacos, por serem incompreensíveis para eles essas misteriosas características orientais:

«Un cliché séculaire se mobilise encore pour charger l'infidèle d'une magie funeste» (54).

A autora aproveitou esta imagem estereotipada nos momentos de maior *suspense* gótico, quando a presença enigmática do Talba é suficiente para intimidar os cristãos. No entanto, são a inteligência, a argúcia e a sabedoria de «Hassan» que o colocam como grande manipulador da acção — a vingança em relação a D. Afonso e a D. Pedro, enquanto representante de uma minoria escravizada; a restauração da dignidade perdida a «Hamet» e a «Aza», enquanto servidor da família real de «Alcanzor»; a protecção de Inês, enquanto cumpridor da Lei de Talião (patente no *Alcorão*), pois esta antes salvara a vida do seu príncipe; e, por último, como conselheiro de pai e filho desavindos no final, enquanto triunfador cheio de magnanimidade. A escolha de um sábio para herói pode representar o contraste existente entre o progresso do Andaluz na sua idade de ouro e o obscurantismo do resto da Europa na mesma época, um dos factores a que a autora parece querer prestar homenagem na figura do Talba.

As restantes personagens muçulmanas representam apenas os vários estratos sociais dos mouros — «Hamet», príncipe sem trono, que vive na obsessão de vingar a morte do pai, é intrépido, corajoso, mas imaturo; «Aza Anzurez» (55), sua mãe, é o protótipo da nobreza e dignidade de uma rainha viúva, obrigada a viver da pastorícia, como a maioria dos mouros; «Cassim», servidor de ambos, é ao mesmo tempo pastor e guerreiro; e «Ximena» (56), criada e companheira fiel de Inês, para além de ama dos seus filhos, é a única 'muladi' da obra. Se existem pontos comuns notórios a uni-las, serão certamente a melancolia (provocada pelo desespero em que vivem) e a fidelidade (aos

(53) *The Talba*, p. 12.

(54) SÉNAC, Philippe, *L'Image de l'autre — Histoire de l'occident médiéval face à l'Islam*, Paris, Flammarion, 1983, p. 161.

(55) Curiosamente, a mulher do governador «moçárabe» de Lamego (Echa Martim) no tempo do conde D. Henrique chamava-se Axa Ansures. Apenas uma coincidência, ou iriam até aí os conhecimentos de história de Mrs Bray?

(56) Um romance surgido recentemente coloca a hipótese de a mãe de D. João I ser uma serva moura de Inês de Castro, também ela «muladi». O Mestre de Avis surge, por isso, como o verdadeiro representante da «portugalidade», entendida enquanto miscigenação entre o Norte (D. Pedro) e o Sul (a moura Fátima). Vide FRANCO, António Cândido, *Memória de Inês de Castro*, Lisboa, Europa-América, 1990.

senhores que servem); é esta, note-se, a característica mais oposta às personagens cristãs, cada uma delas infiel à sua maneira: Afonso IV vacilante nos seus princípios, Pedro mentindo ao pai, e os três assassinos traindo o seu Rei. A grande excepção é a própria Inês, que por fidelidade ao amado sofre grandes perseguições e precipita a sua morte, embora a autora deixe dúvidas quanto à defesa que junto de Pedro faria dos interesse castelhanos. Saliente-se que esta visão dos acontecimentos é contrária à posição geralmente assumida face aos mouros, por não estarmos aqui perante uma narrativa acerca da heroicidade cristã contra o 'infiel' muçulmano, mas sim diante de uma lamentável tragédia provocada pelos desentendimentos entre cristãos.

José Garcia Domingues defende em *História Luso-Árabe* que, a partir do século X, e principalmente durante o período dos 'Taifas' (pequenos reinos muçulmanos autónomos), a região do Garbe (que compreendia o Algarve, o Alentejo, a Estremadura, o Ribatejo e parte das Beiras) se começou a distinguir do Andaluz devido a «um sentido místico-panteísta próximo das ideias cristãs»⁽⁵⁷⁾. Os escritores ilustres do Al Garbe foram «poetas, oradores, historiadores, taumaturgos, jurisconsultos, gramáticos, comentaristas e filósofos»⁽⁵⁸⁾, ao inverso dos seus irmãos andaluzes, mais ligados às ciências objectivas e naturais. Segundo esta teoria, o espírito luso-árabe possui, assim, muitas das características da futura mentalidade portuguesa, e o seu ponto culminante terá surgido com a revolta comandada pelo sufista Ibn Caci de Silves (1142-1151) contra o despotismo religioso da dinastia almorávida. Tal como Ibn Caci ao aliar-se a D. Afonso Henriques, também «Hassan» junta as suas tropas às de «Afonso Sanchez» (irmão bastardo do Rei, desprezado e humilhado por ele, e que procura vingança), conquanto, mais uma vez, haja um erro cronológico no respeitante à invasão do país por Afonso Sanches, que ocorrera bastantes anos antes do período dos Castro. Embora provavelmente desconhecendo a aliança lusa entre Ibn Caci e Afonso Henriques, Mrs Bray aproveitou da maneira mais feliz uma ocorrência histórica de amplitude peninsular:

«Alliances with Christian kingdoms were not unknown, having been used considerably in the *Muluk al-tawa'if* period [reinos 'Taifas'], to the advantage of both sides»⁽⁵⁹⁾.

Mesmo não tendo qualquer conhecimento da hipotética existência de um espírito luso-árabe diverso do andaluz, e não se podendo ter baseado numa tradição literária inexistente, como procurámos demonstrar, será na nobreza de carácter e, acima de tudo, na faceta melancólica, nos traços místicos e no sentido de devir histórico particularizados em «Hassan», o Talba, que encontramos uma identificação com a visão do herói português que Camões transmitiu à Europa, os viajantes e lusófilos divulgaram e o Romantismo português quis consagrar.

(57) DOMINGUES, José Garcia, *História Luso-Árabe, Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa, Pro-Douro, 1945, p. 336.

(58) *Ibidem*, p. 337.

(59) GOODRICH, David Raymond, *A 'Sufi' Revolt in Portugal: Ibn Qasi and his «Kitab Khal' Al-Na'Layn»*, Columbia, The University Press Microfilms, 1978, p. 21.

Pensamos ter sido objectivo de Anna Eliza Bray a criação de um nobre mouro de Portugal, na medida em que nele se conciliam a grandeza e honradez de uma raça vencida, que ela admirava, e a imagem do homem português no seu melhor. Assim, a temática luso-mourisca, distinta da granadina em termos históricos, góticos e exóticos, revela-se uma forma diferente e inovadora de abordar o tema de Inês de Castro e de falar dos portugueses, eles próprios, afinal, uma outra minoria rebelde face ao centralismo castelhano.

Por tudo isto, na figura de «Hassan», o Talba, podemos vislumbrar muito daquilo que o estrangeiro viu em nós ao longo dos tempos — que cada português possui em si também algo de mouro.